



Proposta de Lei n.º 38/XV/1.<sup>a</sup>  
(Aprova o Orçamento de Estado para 2023)

Proposta de Aditamento

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA apresenta a seguinte proposta de aditamento:

TÍTULO I

Disposições fiscais

CAPÍTULO VIII

Financiamento do Estado e gestão da dívida pública

Artigo 134.º - A

Estudos técnico-económicos para gerar energia através de SMR (pequenos reatores nucleares)

1. A Direção Geral de Energia e Geologia em articulação com a Agência Portuguesa de Ambiente procedem à elaboração de estudos técnico-económicos visando a implementação de pequenos reatores de potência elétrica menor ou igual a 300 MW.
2. Os referidos estudos devem ter em conta o processo de licenciamento estipulado pelos órgãos competentes do âmbito nuclear e radioativo tanto nacional como internacional, assim como planos de emergência e regulamento de proteção radiológica.
3. As entidades referidas no número 1, devem mapear a localização dos reatores objetivando o abastecimento de energia elétrica de zonas industriais e urbanas, numa perspetiva de assegurar segurança no abastecimento, assim como de permitir uma maior acessibilidade ao nível dos preços de energia, com implícita redução de emissões de CO<sub>2</sub>.



4. Em complementaridade, deve-se ainda proceder ao estudo relacionado com a possibilidade de aplicações não elétricas dos reatores, como é o caso de produção de energia térmica, em regime de geração conjunta, até ao uso na produção de hidrogénio.

#### Nota justificativa:

As preocupações sociais e de competitividade, no âmbito da transição energética e da recuperação económica, são temas prioritários por toda a Europa.

A variabilidade da produção hidroelétrica no sistema elétrico português europeu, tendo em conta a crescente situação de seca que assola Portugal, com o acréscimo da proveniente das eólicas e fotovoltaicas, leva a concluir que o sistema elétrico em Portugal tem como prioridade soluções hidroelétricas e renováveis intermitentes, que produzem ao ritmo da natureza e não as necessidades de consumo.

Existe um problema prioritário a resolver, que é a alternativa para quando não há vento, nem sol, assim como reduzidas afluências ao sistema hídrico, pelo que se tem que considerar a produção de energia através de gás natural e de centrais nucleares.

Mais recentemente, na Europa, têm sido procuradas soluções para garantir a segurança do abastecimento, sobretudo nos países que são grandes importadores de gás natural russo e para combater o aumento do preço do gás natural.

Nalguns casos optou-se pelo não desmantelamento de centrais nucleares (caso da Bélgica) ou por projetar o renascimento desta indústria (caso da França), aliás a Comissão Europeia criou um novo plano em maio deste ano, o REPowerEU em que se referencia a marca "verde" para o gás e a energia nuclear.

O plano foi apresentado pela Comissão Europeia para classificar investimentos em gás natural e energia nuclear como sustentáveis, sendo que os eurodeputados acabaram por dar luz verde ao gás natural e à energia nuclear, considerando estes dois recursos como necessários na atual luta contra as alterações climáticas.

A energia nuclear aquando da sua produção não promove emissões de dióxido de carbono, poeiras ou outros resíduos para a atmosfera, gerando resíduos radioativos do



combustível consumido que serão encaminhados, de acordo com o determinado pela Diretiva n.º 2011/70/EURATOM, do Conselho, de 19 de julho de 2011, que define um quadro comunitário para a gestão responsável e segura do combustível produzido e dos resíduos radioativos.

Portugal, como outros países europeus, continua a não ter autonomia energética, em que de todas as soluções, a única que conhecemos, porque a tecnologia está testada é a nuclear, como se identifica pelo modelo energético francês, que conta com 70% de eletricidade produzida em centrais nucleares.

As novas tecnologias de produção e os reatores de última geração permitem obter mais rendimento energético a partir da mesma quantidade de combustível e produzem menos resíduos, pois são consumidos durante o funcionamento do reator para gerar mais energia, a que acresce o facto de que os novos reatores serem construídos com sistemas de segurança mais sofisticados, derivado das lições aprendidas com os três únicos acidentes nucleares de relevo da História: Three Mile Island, nos Estados Unidos em 1979, Chernobyl na União Soviética em 1986 e Fukushima, no Japão, em 2011.

De acordo com opiniões de especialistas e técnicos que integram a Comissão de Novas Tecnologias e Energias Convencionais da Comissão Europeia, face à conjuntura atual, decorrente da guerra na Ucrânia e da necessidade de se minimizar a dependência do gás natural e o desempenho negativo em termos de política energética, assente apenas em renováveis, pela sua intermitência e fraca densidade energética, consideram que se devia concretizar um consenso na UE, tendo em conta os exemplos da Suécia, França e Finlândia, únicos países da UE eficientes a diminuir as suas emissões e a mantê-las a um nível reduzido, com um preço competitivo da sua energia, através do mix nuclear mais renováveis, porque as energias renováveis não têm intensidade suficiente para as necessidades crescentes de energia da nossa sociedade.

Pelo exposto, a solução passa pela implementação do referido mix nuclear e renováveis, sendo prioritária, não tende a prejudicar o quadro das políticas europeias de descarbonização e de transição energética, incluindo o disseminação da mobilidade elétrica, da promoção da eficiência energética, da descentralização dos recursos energéticos de geração renovável, da descarbonização do setor do gás natural com a



injeção nos gasodutos de gases descarbonizados, da produção de hidrogénio verde e preparação de novas soluções tecnológicas que garantam a descarbonização dos setores intensivos em energia, assim como da integração de sistemas energéticos que promovam a economia circular num contexto de desenvolvimento sustentável, enquadrada numa potencial comunidade europeia neutra em carbono em 2050.

São Bento, 3 de Novembro de 2022

O Grupo Parlamentar do Partido CHEGA,

André Ventura - Bruno Nunes – Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá  
Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias -  
Rui Afonso - Rui Paulo Sousa